

JORNAL DE NOTÍCIAS

DEMISSIONÁRIO

O MINISTRO

DA AGRICULTURA

Fundação Cuidar o Futuro

Com as mãos atadas, por carencia de créditos para investimentos nas unidades colectivas da Reforma Agrária — condição imprescindível para cumprir a lei em acalmia, social e sem desemprego —, o ministro da Agricultura e Pescas, Joaquim Lourenço, encontra-se demissionário do cargo — apurou o JN de fonte fidedigna.



MAP sem créditos para investimentos nas UCP's

JOAQUIM LOURENÇO DEMISSIONÁRIO

• DIVERGÊNCIAS COM SOUSA FRANCO

O ministro da Agricultura Joaquim Lourenço terá apresentado ao primeiro-ministro a sua intenção de se demitir «ficando o assunto para discussão depois do regresso de Maria de Lurdes Pintasilgo de Nova Iorque» — asseverou ontem ao JN uma fonte fidedigna.

A razão directa desta «intenção de demissão já manifestada» foi segundo a nossa fonte a conclusão de que não dispunha de meios adequados ao cumprimento da Lei da Reforma Agrária num clima de paz social considerado indispensável antes da campanha. Com efeito, Joaquim Lourenço considera que as desintervenções têm que ter em conta a possibilidade de trabalho dos rurais não aceites pelo reservatório, sob pena de se multiplicar a fome e a tensão no Alentejo, e que a manutenção dos empregos só é possível criando novos postos de trabalho, ou seja investindo de forma a alargar as zonas de regadio geradoras de trabalho intensivo.

Ocorre, no entanto, que o ministro das Finanças, Sousa Franco, se oporá ao aumento de crédito para o investimento na agricultura e que depois de Vaz Portugal ter cortado o crédito previsto neste período Joaquim Lourenço se encontrará autenticamente de mãos atadas.

A questão foi discutida em

Conselho de Ministros não chegando o Governo a qualquer conclusão concreta. Segundo a nossa fonte, a decisão de cancelar a entrega de reservas está ligada com esta questão, já que o lançamento no desemprego de milhares de trabalhadores rurais poderia provocar, depois dos incidentes agora ocorridos em Montemor-o-Novo uma situação de tensão muito perigosa.

Apesar de todos os esforços, há quem sustente a nível do Governo que, não havendo alternativas financeiras, o melhor é suspender a entrega de reservas até as eleições.

Dizem, no entanto, os opositores a esta tese — e entre eles Joaquim Lourenço — que uma tal saída, poupando embora tensões no Alentejo, as alargaria ao país, já que seria aproveitada pelo PCP como uma «vitória» e pela «aliança» conservadora como «um argumento sério para a tese de que o Governo está ao serviço dos comunistas», rejeitada pela generalidade dos membros do gabinete. Para estes, a única saída válida consiste em cumprir a lei e consequentemente continuar a entregar as reservas sem afectar o emprego nem a viabilidade económica das unidades geridas pelos trabalhadores, o que pressupõe o estabelecimento de uma linha de crédito

para investimentos. Esta poderia ser uma plataforma de «entendimento sem cedência» com um comunista e de instauração definitiva da calma no Alentejo.

Outra razão justificativa da intenção de demissão do ministro da Agricultura poderá estar ligada, segundo a nossa fonte, ao «estado catastrófico» em que encontrou aquele departamento e em relação ao qual tanto a CAP como as UCP's reclamam uma posição pública depois de notícias que têm vindo a público nos jornais.

O ministro terá tido designadamente a intenção de reactivar o processo de corrupção no MAP instaurado por Vaz Portugal e imediatamente «abafado» porque, ao que parece, há muitos «tubarões» metidos no caso. E, ao que sabemos, não recebeu força para prosseguir tal intenção. Entretanto, os casos de corrupção vêm-se multiplicando em público e o silêncio tornar-se-á impossível, sob pena de ser confundido com convicência, o que Lourenço não aceitará.

A demissão foi apresentada e o ministro só com garantias voltará atrás — garantiu-nos a nossa fonte. Um assunto em suspenso para apreciação, eventualmente, na primeira reunião do Governo depois do regresso de Lurdes Pintasilgo.

